

CAPÍTULO 6

DESAFIOS NO FINAL DA DÉCADA

Desenvolvimento e crise foram, portanto, as duas palavras-chaves do processo histórico brasileiro entre 1930 e 1968. Durante os primeiros trinta e um anos, não obstante as intermitentes situações de crise, seja política, seja econômica, a tônica foi para o desenvolvimento. Realizou-se então o que já chamei de Revolução Industrial ou Revolução Nacional Brasileira, mas que se constituiu apenas na primeira grande fase dessa revolução. A partir de 1962, teve início um período de crise geral, de crise econômica, social e política. Perguntava-se, então: há viabilidade para o modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil? Poderemos continuar nosso desenvolvimento econômico, superar as condições desumanas de nosso subdesenvolvimento, dentro dos limites de uma sociedade basicamente capitalista?

A pergunta tinha sentido na medida em que vivíamos sob a égide de um sistema capitalista que, depois do desenvolvimento industrial dos anos 1930, 1940 e 1950, a Revolução de 1964 terminou por consolidar. Essa revolução, embora não tenha sido liderada pela classe capitalista, mas pela classe média e, particularmente, pelos militares, acabou por adotar uma ideologia basicamente capitalista. A adoção da ideologia capitalista pela classe média que comandou a Revolução de 1964 explica-se pela disponibilidade ideológica que caracteriza genericamente esta classe. Ela não possui uma ideologia própria. Além do idealismo, que é mais uma característica filosófica, decorrente do tipo especial de sua inserção no real, geralmente em termos alienados do processo produtivo, quando se trata da classe média tradicional, o que a define fundamentalmente é o conservadorismo. Não é causa para surpresa, portanto, que no Brasil, onde conservar, manter a segurança, significava ficar com o capitalismo, este sistema fosse o preferido.

Ora, com a Revolução de 1964, o movimento de esquerda, que apenas a partir dos anos 1960 começava a se definir como força autônoma, como vimos no capítulo 4, sofre um golpe violento. Sua imaturidade o fez expor-se demais, numa época em que ainda era fraco e desorganizado para fazer frente aos grupos de centro e de direita. Com isso, a Revolução de 1964 teve talvez como principal resultado consolidar, pelo menos a médio prazo, o sistema capitalista no Brasil.

As condições para qualquer retomada do poder por grupos de esquerda eram muito débeis no Brasil da segunda metade dos anos 1960. Condições para uma revolução de caráter socialista, então, eram ainda mais longínquas. O poder econômico e o militar estavam todos bem organizados para permitir qualquer rompimento do quadro institucional vigente. Desenvolveu-se no Brasil uma classe de empresários, a qual, embora não fosse politicamente atuante, era economicamente poderosa. A classe média, por sua vez, especialmente a nova classe média, teve um grande desenvolvimento no Brasil, como vimos no capítulo 3, e acabou por assumir o poder, através dos militares e tecnocratas. Ora, a classe média é por natureza conservadora.

Finalmente, dentro do quadro internacional, o Brasil estava situado na área privativa dos Estados Unidos, e esta superpotência, dentro de uma perspectiva tipicamente imperialista (a história tem provado que basta ser verdadeiramente uma grande potência para ser imperialista), deixou sempre claro, depois da experiência cubana, que qualquer revolução de esquerda na América Latina implicaria intervenção americana. O caso da República Dominicana, onde não se tratava sequer de uma revolução de esquerda, demonstrou que esta posição não se traduz apenas em palavras. Nesses termos, face ao poder econômico da classe empresarial, ao número, ao conservadorismo, ao poder militar e político da classe média e ao jugo norteamericano, há poucas dúvidas de que qualquer outra alternativa que não a capitalista tivesse poucas possibilidades de vigência no Brasil, pelo menos no médio prazo.

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E FALSA ANALOGIA

As proporções do desenvolvimento industrial ocorrido no Brasil entre 1930 e 1961 levou muitos observadores a pensar que nesse período se havia completado a Revolução Industrial Brasileira. De fato, nesse período o país viu instalado dentro de suas fronteiras um amplo, diversificado e integrado parque industrial. Toda a indústria de consumo, desde a de bens de consumo leves até a de bens de consumo duráveis, fora instalada. Em 1961, o Brasil praticamente não importava mais artigos de consumo. A indústria de base — siderúrgica, do alumínio, do cobre, da barrilha, química — fora também basicamente instalada, e se nesse campo, particularmente no caso da indústria química, havia ainda muito a fazer, a parte mais importante já fora realizada, utilizando-se os subprodutos das refinarias de petróleo. O mesmo se pode dizer da indústria de bens de capital. Durante os anos 1950,

seu desenvolvimento fora intenso, de forma que no fim dessa década cerca de dois terços dos equipamentos exigidos pela indústria nacional eram aqui produzidos.

Estes fatos levaram à conclusão de que a Revolução Industrial Brasileira fora concluída. E, de fato, tudo indicava que o país alcançara aquele estágio em que o investimento e o reinvestimento tornavam-se parte integrante do próprio sistema econômico, estimulados pelo objetivo lucro e transformados em condição de obtenção de novos lucros, tornando, assim, o desenvolvimento automático e necessário. Na verdade, porém, ao afirmarmos isto, o que estávamos fazendo era uma analogia com o desenvolvimento dos países desenvolvidos. Esta era uma falsa analogia, uma analogia sem que os fatos fossem perfeitamente análogos.

Realmente, quando os países desenvolvidos alcançaram o grau de integração industrial que o Brasil atingira em 1961, seu desenvolvimento passou a tomar um caráter auto-impulsionado. Os três países que primeiro realizaram sua revolução industrial — a Inglaterra, a França e os Estados Unidos — haviam atingido um nível de desenvolvimento industrial aproximadamente comparável ao do Brasil quando terminou, basicamente, o período de instalação da indústria nacional, e esses países passaram a ter um desenvolvimento auto-impulsionado.

Por analogia, portanto, seríamos facilmente levados a concluir que também o Brasil, em 1961, havia terminado sua revolução industrial e seu desenvolvimento, não obstante as crises por que pudesse passar, seria agora auto-impulsionado.

Entretanto, essa analogia esquecia um fato elementar, mas fundamental. O desenvolvimento industrial brasileiro ocorreu em termos diferentes dos da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França. Os fatores que determinam essas diferenças são, fundamentalmente, de três tipos:

1) o desenvolvimento industrial brasileiro ocorreu sob a égide da substituição de importações, enquanto esta não foi a característica definidora por excelência da revolução industrial dos países desenvolvidos, que logo de início começaram a participar do mercado internacional de manufaturados, como exportadores;

2) o desenvolvimento industrial dos países desenvolvidos foi realizado através da absorção de técnicas que estavam na época sendo aperfeiçoadas, adequando-se às necessidades econômicas dos respectivos países, enquanto a tecnologia usada pelo Brasil foi importada, não adaptada às nossas necessidades, e provocou sérias distorções em sua economia, particularmente no que diz respeito ao problema do emprego;

3) finalmente, o desenvolvimento industrial brasileiro vinha ocorrendo sob a vista de uma superpotência imperialista que, como todas as superpotências, pretende controlar e orientar o desenvolvimento econômico e político do país.

Estes três fatores nos levaram a concluir que o Brasil não completou sua revolução industrial. As distorções produzidas na economia e na sociedade nacional por aqueles fatores são de tal gravidade que, enquanto não forem superadas, nosso desenvolvimento industrial não estará definitivamente consolidado. Teremos apenas uma aparência de consolidação do desenvolvimento industrial, o qual, porém, não terá atingido a fase em que pode ser legitimamente considerado auto-impulsionado, ou seja, automático e necessário.

TESTE BÁSICO: EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS

As distorções causadas pelo processo de substituição de importações sugerem o primeiro teste que a economia brasileira teria que enfrentar a partir dos anos 1960 para superar essas distorções. Refiro-me à exportação de manufaturados. Uma das condições essenciais para se considerar o desenvolvimento industrial brasileiro auto-impulsionado é sua participação de forma crescente no comércio internacional de manufaturados.

Havia dois motivos para o que afirmava então. Em primeiro lugar, partia da premissa de que as oportunidades de substituição de importações e redução do coeficiente de importações estavam basicamente esgotadas. Nesses termos, a única alternativa para o Brasil aumentar seu Produto Nacional, seria aumentar, concomitante e proporcionalmente, suas exportações. Quando não é mais possível reduzir o coeficiente de importações, ou seja, a participação porcentual das importações no Produto Nacional, aumentam também as necessidades da indústria de importar máquinas e matérias-primas. Logo, o desenvolvimento para dentro, praticado até então, não era mais possível: tornava-se necessário o aumento das exportações.

Em segundo lugar, basear o aumento de nossas exportações nos produtos primários era inviável por uma série de razões já amplamente discutidas (baixa elasticidade-renda da procura de produtos agrícolas, crescente concorrência entre os subdesenvolvidos, uso de substitutos artificiais pelos desenvolvidos, instabilidade de preço dos produtos primários etc.). Logo, tínhamos que colocar toda a ênfase de nossos esforços na exportação de manufaturados.

Em 1966, a exportação de manufaturados no Brasil, que vinha crescendo paulatinamente, representou 5,9% das exportações totais. Os manufatura-

dos representavam 6% das exportações brasileiras. Se planejásemos um crescimento do Produto Nacional de 6% ao ano — o que seria o mínimo aceitável — as exportações teriam que crescer também 6% para que o coeficiente de importações permanecesse constante. Se quiséssemos basear o aumento de nossas exportações apenas nos manufaturados, teríamos, no primeiro ano, que aumentar em 100% nossas exportações desses produtos. Nos anos seguintes, essa porcentagem se reduziria para 50%, 33%, e assim por diante, até atingir o limite teórico de 6%, quando nossas exportações fossem exclusivamente de produtos manufaturados. Ora, crescimento tão rápido é inviável. Logo, embora concentrando nossos esforços na exportação de manufaturados, seria preciso também procurar aumentar as exportações dos produtos primários. As dificuldades implícitas nessas duas tarefas são enormes, colocando em discussão a viabilidade do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Nesses termos, o grande teste da economia brasileira só poderá ser vencido se, além de aumentar sua exportação de produtos agrícolas, o Brasil se tornar um participante significativo do comércio internacional de manufaturados. Não poderemos pretender, naturalmente, competir em todos os setores industriais. Alguns setores devem ser escolhidos pelas empresas e estimulados pelo governo. Os critérios para escolha dos setores em que devem ser feitos os esforços principais no sentido de estimular a exportação de manufaturados são dois: existência de matérias-primas nacionais baratas (é o caso clássico do café solúvel) e exigência de uma relação capital-trabalho reduzida. Este segundo critério é óbvio. Na medida em que contem com mão-de-obra abundante e barata, é ponto pacífico, dentro da teoria do desenvolvimento econômico, que os países subdesenvolvidos devem concentrar seu esforço industrial nos setores trabalho-intensivos e não nos setores capital-intensivos. É claro que um sem-número de qualificações podem e devem ser feitas a esta afirmação, mas tais qualificações não cabem neste momento nem modificam a idéia central que estamos afirmando.

Todavia, salientamos que existem, entre as indústrias trabalho-intensivas, dois tipos de indústrias. A primeira é a indústria de tipo semi-artesanal, da qual as indústrias de vestuário, do couro, do mobiliário, seriam exemplos. Geralmente, quando se fala em indústria trabalho-intensiva, o que se está pensando é apenas nesse tipo de indústria caracterizada não só por uma baixa relação capital-trabalho, mas também por um baixo nível de desenvolvimento tecnológico. Exportações de produtos manufaturados deste tipo certamente deverão ser realizadas. Mas ficar apenas nelas é outra forma de expressar-se o complexo de inferioridade colonial e, o que é mais grave, é outra maneira de permanecermos subdesenvolvidos, mesmo exportando manufaturados.

Existe outro tipo de indústria, também trabalho-intensiva, mas que, ao invés de possuir um baixo nível tecnológico, requer um alto desenvolvimento tecnológico. O exemplo por excelência desse tipo de indústria é o da produção de equipamentos eletrônicos ou mecânicos por encomenda. Por tratar-se de um produto por encomenda, sua produção não pode ser padronizada e, conseqüentemente, não pode ser altamente mecanizada senão automatizada. Cada produto exige um projeto especial. Apenas algumas peças podem ser padronizadas, porém muitas das partes têm de ser feitas especialmente, e a montagem é sempre singular. Nesses termos, a relação capital-trabalho nesse tipo de indústria tem que ser baixa, enquanto a mão-de-obra deve ser altamente especializada. E é nesse momento que os entreguistas ou cosmopolitas, minados pelo complexo de inferioridade colonial, perguntam: mas teremos capacidade de desenvolver uma mão-de-obra especializada à altura? Estamos certos que sim. É mais fácil e barato para os países subdesenvolvidos importar tecnologia, pagando *royalties*, contratando técnicos estrangeiros, enviando bolsistas ao exterior, do que importar equipamentos.

Nesses setores, com facilidade de matéria-prima e/ou com uma relação capital-trabalho baixa (o que não significa um nível tecnológico baixo), deverá ser estimulada a produção para a exportação. Em qualquer hipótese, porém, mesmo que escolhamos os setores mais favoráveis para nós, a condição fundamental é a de que os custos de produção baixem, ou seja, que a produtividade aumente decisivamente, de forma que possamos competir no comércio internacional. Inicialmente seremos, inclusive, obrigados a ter custos e preços inferiores aos dos nossos concorrentes mais ricos, como aconteceu com o Japão, porque não contaremos com a vantagem de um nome e uma tradição estabelecidos no comércio internacional.

O Brasil terminará sua revolução industrial e alcançará o estágio do desenvolvimento auto-impulsionado com a mudança de sua pauta de exportações, de modo a transformar os manufaturados em um de seus principais itens. Isto, além de exigir, naturalmente, uma política comercial agressiva, com a aplicação de todos os princípios mercadológicos modernos e uma interferência direta do governo no sentido de estimular certas exportações, implicará a necessidade de um aumento decisivo da produtividade industrial e a conseqüente baixa de custos.

TRÊS IDEOLOGIAS POSSÍVEIS

No final dos anos 1960, quando a crise econômica começava a ser superada, podíamos discernir três ideologias possíveis para o Brasil. Chama-

mos de “possíveis” as ideologias com alguma possibilidade de vigência, que podem ser definidas por seus propugnadores e eventualmente transformar-se em ideologia de governo: o neoliberalismo clássico, o liberalismo intervencionista tecnocrático-militar e o nacionalismo desenvolvimentista.

O neoliberalismo clássico é a ideologia burguesa por excelência. Aproxima-se do *laissez faire*, mas não pode ser com ele identificado em vista do simples fato de que o liberalismo puro está, a partir dos anos 1960, morto. É a ideologia que prega a menor intervenção possível do Estado na economia, que pretende deixar a responsabilidade, e também os principais frutos do desenvolvimento, fundamentalmente, nas mãos da classe capitalista. É uma ideologia sistematicamente colonialista dos países subdesenvolvidos, na medida em que não crê na capacidade da classe capitalista nacional para a realização do desenvolvimento e então apela para a eventual e discutível ajuda estrangeira. Defende a ordem democrática, as liberdades individuais e o sistema representativo, mas seus defensores estão sempre dispostos a abandonar ou limitar essas idéias quando vêem que o próprio sistema está em jogo, como aconteceu em 1964. Esta ideologia pressupõe o controle do país essencialmente por dois grupos: a própria classe capitalista, detentora do poder econômico, e ocupando no governo os cargos-chaves definidores da política econômica e os políticos profissionais, que funcionam não como meros representantes da classe capitalista, como querem alguns críticos apressados, mas como participantes de um estamento social, relativamente autônomo, que, defendendo seus interesses particulares, têm como papel servir de intermediários entre o Estado, a classe capitalista, a classe média e o povo em geral, nessa ordem de prioridade.

O liberalismo intervencionista tecnocrático-militar é a ideologia que passou a dominar o Brasil entre 1964 e 1967. Esta ideologia, como o próprio nome que lhe demos indica, baseia-se em uma contradição: é ao mesmo tempo intervencionista e liberal; contém um emaranhado de incoerências, na medida em que é dominada por tecnocratas e militares. Estes, como membros da classe média estatal e, portanto, desligados do processo produtivo, não-beneficiados pelo desenvolvimento industrial brasileiro ocorrido entre 1930 e 1961, caracterizam sua atuação política pelo idealismo, no sentido de alienação da realidade, e por sua pretensão em mudar o mundo através de leis e decretos; pelo moralismo, no sentido de personalizar os problemas, atribuí-los a responsabilidades individuais ou mesmo coletivas, mas sempre de caráter moral, e não às estruturas vigentes; e pelo conservadorismo, definido por uma política aparentemente reformista, mas cujas reformas são sempre epidérmicas. A estas três características do liberalismo intervencionista

tecnocrático-militar acrescenta-se seu caráter capitalista. Trata-se, porém, de uma ideologia capitalista que não tem como autores e principais defensores os próprios empresários capitalistas, e sim os militares e tecnocratas.

A terceira ideologia é o nacionalismo desenvolvimentista, que tem como características fundamentais o fato de ser nacionalista e colocar o desenvolvimento nacional como seu objetivo fundamental. O nacionalismo opõe-se ao colonialismo. Define-se pela crença nas potencialidades do próprio país desenvolver-se. Afirma que o progresso econômico só ocorre na medida em que a própria nação o coloca como projeto, define os sacrifícios que são necessários para atingi-lo e cientifica-se de que, para a sua consecução, terá que depender de seu próprio esforço. Além disso, conforme observa Barbosa Lima Sobrinho, “a substância do nacionalismo é um antagonismo de interesses ou de idéias”.¹ A idéia do conflito, do antagonismo, não é essencial ao patriotismo, mas não se pode falar de nacionalismo sem que esteja implícito ou explícito um conflito de interesses.

Antagonismo e crença nas potencialidades do Brasil, nos valores da Nação brasileira em formação, são, portanto, as características essenciais do nacionalismo. O antagonismo pode tomar muitas formas e objetos, dependendo da época e da situação em que um investimento ou uma ideologia nacionalista desponta. No Brasil, esse antagonismo parte da constatação de que os interesses nacionais não estão em acordo com os dos países industrializados, que os interesses dos grupos capitalistas nos países desenvolvidos geralmente não são os mesmos do povo brasileiro; pelo contrário, os interesses dos países desenvolvidos e de suas empresas estão, freqüentemente, em claro conflito com os interesses do Brasil. E esta afirmação é especialmente verdadeira em relação aos Estados Unidos, que, na qualidade de superpotência imperialista, diretamente dominadora dos países latino-americanos, é a fonte dos maiores conflitos de interesse.

TECNOCRACIA INDUSTRIALIZANTE, A QUARTA ALTERNATIVA²

Na seção anterior examinamos três ideologias possíveis — o neoliberalismo clássico, o liberalismo intervencionista tecnocrático-militar e o nacio-

¹ Barbosa Lima Sobrinho, 1963: 11.

² Embora este capítulo faça parte da primeira edição (1968), esta seção foi incluída a partir da terceira edição deste livro, 1972, e deslocada para cá na quinta edição.

nalismo desenvolvimentista. As duas primeiras não se coadunam com um projeto nacional de desenvolvimento econômico e à terceira falta viabilidade política, dada a falta de organização, independência e conscientização políticas dos empresários industriais, e ao colonialismo, conservadorismo, idealismo (alienação da realidade) e moralismo dos tecnocratas e militares que assumiram o poder em 1964.

Entretanto, é preciso observar que estas características não são necessariamente dos tecnocratas e militares. São características da classe média tradicional, onde os tecnocratas do governo Castelo Branco e as lideranças militares foram principalmente recrutados. Ora, tecnocratas e militares podem e são também recrutados na nova classe média, produto da industrialização brasileira. A partir do governo Costa e Silva, são esses tecnocratas que serão dominantes no regime militar. A nova classe média profissional, da mesma forma que a tradicional, cujas origens são anteriores à revolução industrial, é conservadora e prudente, preocupando-se sempre com sua segurança. Diferentemente, porém, a nova classe média está integrada no processo produtivo, o que a torna realista. Além disso, ela depende fundamentalmente do desenvolvimento econômico: é produto desse desenvolvimento, e seu poder e prestígio crescem diretamente com a industrialização. Isto leva ao surgimento das grandes organizações burocráticas privadas e públicas, nas quais os elementos da nova classe média, os administradores profissionais e os técnicos vão assumindo, paulatina mas inexoravelmente, o poder.

Nestes termos, e dentro da perspectiva dos grupos de classe média se tornarem politicamente dominantes, podíamos imaginar um Brasil governado principalmente por tecnocratas e militares dessa nova classe média, caracterizada por sua grande necessidade, sua premência mesmo, de promover o desenvolvimento econômico do país (já que nesse desenvolvimento está toda a fonte de seu prestígio e poder). Com isto, era possível prever os militares brasileiros livres do jugo de suas idéias colonialistas e autoritárias e os tecnocratas da nova classe média profissional desenvolvendo uma teoria econômica mais adaptada às reais necessidades do desenvolvimento brasileiro.

Para ganhar representatividade política, essencial para qualquer projeto de desenvolvimento nacional, esses militares e tecnocratas teriam que chamar para o governo outros grupos, especialmente os empresários industriais. O diálogo com as esquerdas poderia recomeçar, os sindicatos poderiam ser novamente liberados. Por outro lado, este tipo de governo logo perceberia que o desenvolvimento econômico brasileiro só poderia ser realizado em termos nacionalistas, de defesa do interesse nacional, e com uma intervenção crescente do Estado. Só assim se venceria o círculo vicioso estrutural do sub-

desenvolvimento brasileiro. Na medida em que seus interesses não estavam visceralmente ligados ao sistema capitalista liberal, tecnocratas e militares da nova classe média não teriam dificuldades em adotar as posições estatizantes que se fizessem necessárias.

Com isto não estariam fazendo uma opção socialista. O que caracterizaria este tipo de governo de tecnocratas e militares da nova classe média profissional é a disponibilidade ideológica. Para eles o que realmente importa é seu poder, que depende do desenvolvimento tecnológico e industrial. Dado que o conhecimento técnico — fator estratégico de produção em substituição à terra e ao capital — é o que dá legitimidade ao poder tecnocrático, essa legitimidade só se confirma se a administração eficiente da economia produz o desenvolvimento. Desde que uma maior estatização seja necessária para se garantir esse desenvolvimento, essa estatização será naturalmente adotada.

Esta alternativa não foi colocada no capítulo 6 porque não é uma alternativa tipicamente capitalista. Combina classe média profissional e classe capitalista. Dentro do quadro institucional vigente na época, parecia ser a alternativa com mais viabilidade. Não se podia garantir que ela viria a ocorrer, nem a considerávamos uma solução ideal. Mas se fosse possível prever uma alternativa que não seja socialista para o desenvolvimento econômico, político e social do Brasil, esta alternativa será provavelmente a que acabo de expor.

Cabe, aqui, uma pergunta: um sistema socialista poderá levar o Brasil ao desenvolvimento? Aqui entramos no reino das hipóteses. Pessoalmente, estou convencido de que um sistema socialista em que fossem reservados alguns setores de difícil planejamento e execução para a iniciativa privada (a pequena indústria, o pequeno comércio, a agricultura em geral e boa parte do comércio e da indústria que exige uma constante adaptação ao mercado), ficando fundamentalmente para o Estado todas as indústrias básicas, boa parte da indústria pesada, o sistema bancário, os serviços públicos — um sistema nesses termos seria o sistema ideal para o Brasil. Todas as empresas, fossem elas privadas ou estatais, funcionariam com grande autonomia. Seu controle seria em parte realizado pelo planejamento, pela concessão de estímulos e desestímulos, mas também através dos mecanismos de mercado, que continuariam atuantes.